

ANÁLISE DISCURSIVA DOS SILENCIAMENTOS NAS PROPOSTAS DO GOVERNO BOLSONARO EM RELAÇÃO AOS DIREITOS TRABALHISTAS

André Luis Guimarães da Rocha¹

Resumo: Num contexto de crise do capital, surge o discurso de um candidato que, prometendo resolver de forma simplista os problemas do país, profere um discurso que viria a reestabelecer a ordem, a moral, os bons costumes e o caminho da prosperidade econômica. Com o escopo de identificar a ideologia subjacente, as condições de produção e silenciamentos reveladores de suas implicações, este estudo se debruçou sobre três sequências discursivas e, a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso – AD de perspectiva materialista-histórica buscou as respostas. A análise concluiu que o enunciante evidenciou estar defendendo os interesses do grande capital financeiro, em detrimento da classe trabalhadora, demonstrando estar falando para os trabalhadores, em tom de recado e transmissão de medo, bem como para o capital financeiro internacional e empresários, como forma de angariar apoio.

Palavras-chave: Crise do capital. Direitos Trabalhistas. Neoliberalismo.

DISCURSIVE ANALYSIS OF SILENCES IN BOLSONARIAN GOVERNMENT PROPOSALS IN RELATION TO LABOR RIGHTS

Abstract: In a context of capital crisis comes the speech of a candidate who, promising to simplistically solve the country's problems, delivers a speech that would reestablish order, morals, morals and the path of economic prosperity. With the purpose of identifying the underlying ideology, production conditions and silences revealing its implications, this study focused on three discursive sequences and, from the theoretical assumptions of Discourse Analysis - AD from a materialist-historical perspective sought the answers. The analysis concluded that the enunciator showed that he was defending the interests of big financial capital, to the detriment of the working class. to garner support..

Keywords: Capital crisis. Labor rights. Neoliberalism.

¹ Mestrando em Estudos Linguísticos, (UFAL). E-mail: decogrocha@hotmail.com

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, tem-se o objetivo geral de analisar três materialidades que estão presentes no plano de governo e nos discursos do candidato à presidência da república do Brasil, eleito em 28 de outubro de 2018, através dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso – AD de perspectiva materialista-histórica.

Serão utilizadas, como corpus desta análise, três sequências discursivas (SD). A primeira está presente no plano de governo apresentado pelo então candidato Jair Messias Bolsonaro ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e à sociedade. Esse documento, intitulado “O Caminho da Prosperidade”, é composto por 81 páginas e trata de vários tópicos, dentre os quais o que versa sobre economia, iniciado na página 50, e que traz em sua página 64 a SD: “Criaremos uma nova carteira de trabalho verde e amarela, voluntária, para novos trabalhadores. Assim, todo jovem que ingresse no mercado de trabalho poderá escolher entre um vínculo empregatício baseado na carteira de trabalho tradicional (azul) – mantendo o ordenamento jurídico atual –, ou uma carteira de trabalho verde e amarela (onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais)”. A segunda materialidade a ser analisada neste artigo está presente em várias entrevistas de Bolsonaro, porém, como referência para esta análise, retiramos a SD2 da página Web da Revista *Veja*, publicada na data de 21 de maio de 2018, com o seguinte conteúdo: “Aos poucos, a população vai entendendo que é melhor menos direitos e [mais] emprego do que todos os direitos e desemprego”. Já a terceira materialidade foi retirada de uma entrevista do, já então, presidente eleito e publicada em matéria do repórter Gil Alessi, em 04 de janeiro de 2019, no site do jornal *El País* no Brasil, contendo o seguinte recorte: “O Brasil é o país dos direitos em excesso, mas faltam

empregos. Olha os Estados Unidos, eles quase não têm direitos. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista.”

Para atingir nosso objetivo, tomaremos como categoria da AD o Silenciamento e faremos a análise das condições de produção amplas e restritas, tendo em vista que a AD de perspectiva materialista-histórica prega que o sentido de um enunciado não é apresentado de imediato, na estrutura da língua, antes, sim, é produzido sob a influência de determinadas condições de produção (CP), necessitando, conseqüentemente, de uma análise das materialidades inseridas em seu contexto histórico e ideológico.

Ante o exposto, surgem os seguintes questionamentos: Quais ideologias estão por trás de tal discurso? Quais as condições existentes que permitem a legitimação de um discurso dessa natureza? O que leva parte da classe trabalhadora a destinar seu voto a um candidato que promete retirada de direitos? E o último, porém não menos importante dos questionamentos: O que tal discurso apaga?

Com o escopo de responder a essas indagações, este estudo se dedica a partir dos pressupostos teóricos e da metodologia da Análise do Discurso – AD de perspectiva materialista-histórica, sob a categoria Silenciamento, a desvelar aquilo que fora silenciado nos enunciados postos pelo candidato, visando a mostrar suas efeitos de sentidos e implicações futuras.

ALGUMAS NOÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Uma vez que a proposta do trabalho é analisar sequências discursivas sob a perspectiva da Análise do Discurso – AD de linha francesa e corrente teórica de Michel Pêcheux, em sua categoria de silenciamento, entende-se ser de suma importância posicionar o leitor acerca de noções teóricas e

metodológicas. Para tanto, pretende-se conceituar Análise do Discurso, Discurso, Condições de Produção, Formação Ideológica e Silenciamento.

De acordo com Florêncio et al (2016, p.19), “Análise do Discurso é um campo de estudo ou uma área do conhecimento que tem por objeto de estudo o discurso”, porém, ainda conforme os autores, esse objeto, na linha francesa e corrente teórica de Pêcheux, não está centrado apenas na língua, mas sim na fala, no sujeito e nas relações sociais, diferentemente de outras correntes.

Para Orlandi (2007) apud Florêncio et al (2016, p.23) “a Análise do Discurso se constitui na conjuntura intelectual [...] em que a grande questão é a relação da estrutura com a história, do indivíduo com o sujeito, da língua com a fala.”

A partir das passagens acima, podemos depreender que a AD, na perspectiva pecheutiana, não se limita a analisar frases, falas, textos, levando em consideração simplesmente o que está exposto nessas passagens, limitando-se à estrutura da língua em relação à fonologia, morfologia e sintaxe. Antes, estes campos da Linguística servem como base para análise do processo discursivo que, segundo Pêcheux (2012, p. 128) é o “funcionamento da base linguística em relação a representações postas em jogo nas relações sociais”.

Assim, Pêcheux define discurso como:

[...] uma sequência linguística de dimensão variável, geralmente superior à frase, referida às condições que determinam a produção dessa sequência em relação a outros discursos, sendo essas condições propriedades ligadas ao lugar daquele que fala e àquele que o discurso visa, isto é, àquele a quem se dirige formal ou informalmente, e ao que é visado através do discurso. (PÊCHEUX, 2012, P. 214).

O discurso é um conjunto de dizeres que se utilizam da linguagem e que são postos de forma objetiva por um enunciador num determinado momento, o qual deve ser analisado e interpretado subjetivamente levando em consideração aspectos ideológicos do sujeito que enuncia, do contexto em

que enuncia e para quem dirige o enunciado. Ou, como nos mostra Florêncio et al (2016, p. 50), “o discurso é a objetividade feita subjetividade, através de um pôr social feito de linguagem.”

Entendendo ter deixado claros os conceitos de Análise do Discurso e de seu objeto de análise, Discurso, pretende-se explicar o que são as condições de produção do discurso, visto que estas são parte importante para o entendimento do discurso, uma vez que, segundo Florêncio et al (2016, p. 23), o discurso é a “relação indissociável entre língua, história e ideologia”.

Na AD de linha pecheutiana entende-se que todo discurso, por ser produzido nas relações sociais, é construído com base nas contradições, choques de ideias e posições típicos desse convívio, principalmente nas relações de produção, na luta de classes. Nesse sentido, Florêncio et al (2016, p. 27-28) nos mostram que “não há, pois, discurso inocente, uma vez que ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica e, assim, veicula valores, crenças, visões de mundo que representa os lugares sociais que ocupa.”

As Condições de Produção (CP) referem-se ao contexto histórico, social e político em que o sujeito construiu seu discurso para alguém, em nome de alguém ou algo. Nesse sentido, Pêcheux (2012, p. 214) teoriza CP como “conjunto da descrição das propriedades relativas ao destinador, ao destinatário e ao referente, sob condição de dar imediatamente certo número de precisões.” Ainda nesse mesmo sentido, Florêncio et al nos dão a seguinte contribuição:

[...] as relações sociais e a luta de classes são as condições de produção do discurso, compreendendo sujeito e situação, em suas relações sociais, abrangentes da cultura, economia, política, de um determinado momento histórico e de momentos outros, resgatados pela memória sócio-histórica e ideológica, ratificando, assim, o caráter histórico e ideológico do discurso. (FLORÊNCIO et al, 2016, p. 69).

É nesse sentido que a AD e o Marxismo se encontram e se complementam, pois é baseado nas concepções marxistas que o analista do discurso vai buscar as condições de produção de seu objeto de análise, como se pode depreender do que é exposto por Bahktin/Volochínov:

Para começar, as bases de uma teoria marxista da criação ideológica – as dos estudos sobre o conhecimento científico, a literatura, a religião, a moral, etc. – estão estreitamente ligadas aos problemas de filosofia da linguagem. Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo que lhe é exterior (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1981, p.31).

A concepção marxista mostra que a ideologia é baseada em signos, os quais podem ser expressos em corpos físicos, instrumentos de produção, produto de consumo e na palavra que, segundo Bahktin/Volochínov (1981, p. 36), “é o fenômeno ideológico por excelência.” Assim, a busca por desvelar as posições ideológicas com as quais o sujeito enunciatador se identifica, além da relação com outros discursos, constitui o objetivo da AD.

Para atingir este objetivo, necessário se faz identificar qual ideologia move o sujeito enunciatador, uma vez que, segundo Florêncio et al (2016, p.54), não podemos imaginar a existência de um discurso sem que haja um sujeito que o produza, como também não podemos pensar na existência de sujeito que não tenha ideologia. Essa ideologia buscada está relacionada a uma dada Formação Ideológica, a qual pode ser definida como a posição tomada pelo sujeito enunciatador em meio às contradições existentes no conflito de classes e expressas em práticas sociais concretas, que são particulares, porém, não individuais, uma vez que refletem a ideologia incutida no inconsciente desse sujeito e que contribuem (ou não) para a manutenção do *status quo*:

As formações ideológicas são representadas pela via de práticas sociais concretas, no interior das classes em conflito, dando lugar a discursos que põem à mostra as posições em que os sujeitos se colocam/são colocados. [...] e é no discurso que as formações ideológicas se materializam (FLORENCIO, 2016, p. 71-72).

Para concluir as noções teórico-metodológicas julgadas como necessárias à compreensão da análise das sequências discursivas que serão realizadas neste trabalho, passa-se a esclarecer a categoria da AD denominada Silenciamento, a qual surge da tentativa de dar sentido não somente ao que é dito expressamente, mas ao que é intencionalmente (ou não) calado. Importante considerar que toda tentativa de significação esbarra, também, na instabilidade e incompletude da linguagem que, por sua vez, permite extrair do que não foi dito sentidos múltiplos existentes na formação discursiva ou, mais que isso, a verdade que está por trás daquilo que foi dito, pois, como nos esclarece Orlandi (1995, p. 31), “o real da significação é o silêncio.”

O silêncio é assim a “respiração” (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito. (ORLANDI, 1995, p.13, grifos da autora).

O silêncio, que revela sentidos nas formações discursivas, por sua vez, não possui uma única forma. Eni Puccinelli Orlandi, em seus estudos sobre as formas do silêncio, apresenta duas formas distintas, quais sejam: o silêncio fundante e a política do silêncio.

O silêncio fundante se caracteriza pelo que não é dito na formação discursiva para que esta possa ter significação. Nesse sentido, Florêncio et al (2016, p.83) salientam que “[...] o silêncio é fundamento para que o sujeito produza sentido e o reinstaure em cada dizer.” Enquanto para Orlandi (1995, p.72), “[...] a linguagem é passagem incessante das palavras ao silêncio e do silêncio às

palavras. Movimento permanente que caracteriza a significação e que produz o sentido em sua pluralidade.”

Já a política do silêncio se caracteriza pela escolha do que é dito, silenciando, assim, outros dizeres que trazem em si significados que o enunciante não deseja que sejam revelados. Para Orlandi (1995, p. 75) “[...] a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada.”

Outra forma possível para a política do silêncio, trazida por Orlandi (1995, p.76), é o que ela chama de silêncio local, e que se caracteriza pela “interdição do dizer”, pela “censura”. Assim, diferentemente do silêncio constitutivo, essa forma não permite a escolha do que será dito por parte do enunciante, mas sim a proibição da enunciação do que este quer dizer, o obrigando a substituir palavras em sua formação discursiva.

OS SILENCIAMENTOS DE JAIR BOLSONARO: A ANÁLISE DISCURSIVA

Nesta análise, nós nos debruçaremos sobre as seguintes sequências discursivas:

SD₁: “Criaremos uma nova carteira de trabalho verde e amarela, voluntária, para novos trabalhadores. Assim, todo jovem que ingresse no mercado de trabalho poderá escolher entre um vínculo empregatício baseado na carteira de trabalho tradicional (azul) – mantendo o ordenamento jurídico atual –, ou uma carteira de trabalho verde e amarela (onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais)”.

SD₂: “Aos poucos, a população vai entendendo que é melhor menos direitos e [mais] emprego do que todos os direitos e desemprego”.

SD₃: “O Brasil é o país dos direitos em excesso, mas faltam empregos. Olha os Estados Unidos, eles quase não têm direitos. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista.”

A primeira SD foi extraída do plano de governo do então candidato à presidência da república, Jair Messias Bolsonaro, denominado “Caminho da Prosperidade”, enquanto a segunda SD fora retirada de uma entrevista dada pelo candidato aos meios midiáticos e pode ser encontrada na página Web da Revista *Veja*, publicada na data de 21 de maio de 2018.

Realizaremos a análise dessas três sequências discursivas levando em consideração que fazem parte de um mesmo contexto sócio-histórico, tendo, portanto, as mesmas condições de produção, amplas e restritas, o mesmo sujeito enunciante e os mesmos interlocutores. Contudo, iniciaremos a análise pela elucidação de suas formações ideológicas (FI), posteriormente suas condições de produção (CP), tanto amplas como restritas e, em seguida, partiremos para o desvelamento dos silenciamentos.

As três sequências discursivas estão enunciadas sob a Formação Ideológica Neoliberal, o que significa dizer que foram construídas sob a perspectiva de alguém que está posicionado ideologicamente, no contexto da luta de classes, do lado do detentor do capital, seja por pertencer a esta classe ou por reproduzir e defender os anseios dela.

A ideologia Neoliberal surge a partir de uma severa crise do capital ocorrida no início da década de 70 – provocada, principalmente, pela profunda estagnação econômica das sociedades capitalistas daquele período, da elevação dos índices de inflação e da primeira grande crise do petróleo – como “uma espécie de releitura e resgate do liberalismo econômico clássico, pregando uma concepção de

Estado mínimo, um retorno à versão de Estado liberal abstencionista.” (FIREMAN, 2017).

Para que fique claro o que é defendido hodiernamente pela ideologia neoliberal, recorremos ao que nos explica Vêras Neto (2007, p. 288), ao expressar o pensamento de Osvaldo Co-ggiola:

[...] o neoliberalismo corresponde a um conjunto de medidas políticas e econômicas, coincidentes com um ciclo de eventos propiciadores de uma conjuntura histórica ocasionadora da disseminação em escala mundial, de políticas tendentes à privatização econômica e à destruição das conquistas **sociais**;[...] (grifo nosso).

A forma típica de ação dessa ideologia se dá segundo Fireman (2017), através do “desmonte e desaparecimento do Estado a partir de privatizações, processo de desregulamentação, redução drástica de direitos sociais, ausência ou diminuição de políticas públicas compensatórias e de inclusão social, intervenção mínima do Estado na economia”.

Assim, podemos verificar na SD₁, na passagem “[...] todo jovem que ingresse no mercado de trabalho poderá escolher entre um vínculo empregatício baseado na carteira de trabalho tradicional (azul) – mantendo o ordenamento jurídico atual –, ou uma carteira de trabalho verde e amarela (**onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais**).”, especificamente na parte destacada, um discurso em defesa dos ideais capitalistas neoliberais promovendo, com a proposta, uma precarização do emprego através da destruição de conquistas sociais, mais especificamente leis trabalhistas, uma vez que o acordo dar-se-ia por contrato individual que permitiria suplantare direitos protegidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Nesse mesmo sentido, a SD₂ evidencia essa FI Neoliberal quando coloca a classe trabalhadora entre a possibilidade de desemprego ou emprego mais flexível, como se observa na parte em

destaque: “aos poucos, a população vai entendendo que é melhor **menos direitos e [mais] emprego do que todos os direitos e desemprego**.”

A SD₃ segue, ainda, a mesma lógica, deixando explícito o propósito de retirar direitos dos trabalhadores, tentando justificar isso com a geração de empregos e trazendo como paradigma um país neoliberal, conforme podemos constatar nas passagens destacadas: “O Brasil é o país dos **direitos em excesso, mas faltam empregos. Olha os Estados Unidos, eles quase não têm direitos**. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista.” Quando utiliza a palavra “excesso”, deixa clara a necessidade de subtrair parte desses direitos para que haja a geração de empregos, tal qual os EUA, onde os trabalhadores “quase” não têm direitos.

Elucidada a Formação Ideológica, passa-se, agora, a abordar as condições de produção das sequências discursivas, iniciando pelas Condições Amplas e, posteriormente, as Restritas.

As crises são inerentes ao modo de produção capitalista e causadas pelo próprio objetivo do sistema, que é a acumulação cada vez maior, como nos afirmam Paulo Netto e Marcelo Braz (2012, p. 170) “[...] a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise.” e, também, por Lessa (2014, p.16) “as crises cíclicas nada mais são do que a manifestação de que a abundância inviabiliza o mercado”. Porém, quando acontecem, mesmo que esperadas, causam grande estrago na economia, levando o sistema a se reinventar, superar tais dificuldades e iniciar um novo ciclo, como nos é revelado por Netto e Braz (idem, p. 175): As crises “[...] de uma parte, trazem à luz as contradições do MPC; de outra, criam as condições para uma reanimação e um novo auge [...]”

Hodiernamente, ainda vivemos os reflexos de uma grave crise do capital, a qual provoca reações neoliberais que buscam apresentar

soluções para superar uma dificuldade, que chega a ser comparada a maior das tensões desse sistema, ocorrida em 1929. Tal alteração teve seu estopim nos EUA, a maior potência capitalista mundial, e se transformou numa crise sistêmica de grandes proporções devido à mundialização econômica, como nos revelam Farhi et al. (2009, internet):

a crise financeira internacional, originada em meados de 2007 no mercado norte-americano de hipotecas de alto risco (subprime), adquiriu proporções tais que acabou por se transformar, após a falência do banco de investimentos Lehman Brothers, numa crise sistêmica. O desenrolar da crise colocou em xeque a arquitetura financeira internacional, na medida em que explicitou as limitações dos princípios básicos do sistema de regulação e supervisão bancária e financeira atualmente em vigor, bem como pôs em questão a sobrevivência de um perfil específico de instituições financeiras.

Nesse contexto, o Neoliberalismo apresenta sua ideologia como solução para a recessão econômica com fórmulas de ajustes macro e microeconômicos que depositam nos trabalhadores o ônus do processo de recuperação sistêmica, mantendo o bônus nas mãos dos detentores dos meios de produção. Isso é feito através de uma reconfiguração do próprio sistema capitalista, a qual

resulta simultaneamente em uma precarização do emprego, do salário e da organização dos sindicatos [...]; emerge o desafio de garantir o lucro contra a tendência ao declínio da taxa de lucros [...].

O risco e o sofrimento, dessa forma, são continuamente transferidos para os trabalhadores, alcançando a previsibilidade e a segurança agregadoras de mais lucro ao capital [...] (VÉRAS NETO, 2007, p. 15).

Ainda nesse contexto, Vêras Neto (2007, p. 298) ressalta que a crise “favorece o crescimento da extrema direita neofacista e neonazista; reascendendo os ódios étnicos tribais e o separatismo” assim como “também reaparecem

os ódios raciais e xenofóbicos, expressos nos tribalismos e nas visões fundamentalistas religiosas”.

Pode-se dizer que o cenário supradescrito, de crise do capital e suas consequências, reflete as Condições Amplas de produção das Sequências Discursivas tomadas como corpus no presente artigo. Contudo, para completar a descrição das condições sócio-históricas de produção, pretende-se apresentar as Condições Restritas de produção, o que será realizado nas linhas que seguem.

Inicialmente, é necessário frisar que os três enunciados são veiculados durante, e logo após, o período eleitoral que visava a eleger, entre outros, o novo presidente da república brasileira. Este pleito foi marcado pelo agravamento de uma polarização política iniciada ainda na eleição anterior, em 2014, que, por sua vez, teve origem no agravamento da crise mundial do capital e do discurso ultra neoliberal de uma crescente extrema direita que, somada a uma crise política, fortaleceu a oposição e provocou uma votação cingida, conforme evidencia Osvaldo Coggiola (2016, internet.):

o quadro de acentuação da crise econômica teve repercussões políticas. [...] Abriu-se, nessas condições, uma nova transição política e um período de crise. Dilma Rousseff começou seu segundo mandato depois de vencer o segundo turno só com 51,6% dos votos. Nas eleições presidenciais anteriores, no segundo turno, Lula havia obtido 61,3% e 60,8% (2002 e 2006) e a própria Dilma, 56% (2010). No berço histórico do PT, o ABC paulista, Dilma foi derrotada.

Nesse cenário, os ambientes econômico e político do país foram-se deteriorando, levando a denúncias de corrupção generalizadas, déficits fiscal e primário, queda dos investimentos, aumento do desemprego e de tantos outros índices econômicos, levando o governo a ceder às chantagens do capital especulativo, porém sem obter êxito na tentativa de reverter a recessão. Isso resultou num processo de impeachment que fora questionado pelos partidos

aliados, juristas e imprensa internacional, os quais acusaram um golpe jurídico-parlamentar.

Após a crise econômica se abater de forma fulminante no Brasil, Dilma sofreu um desgaste profundo. Em meio à crise e a inúmeras denúncias de corrupção, seu governo tentou de forma desesperada realizar um ajuste fiscal contra os interesses da grande maioria da população, primeiro timidamente, no final de seu primeiro governo com o então ministro Guido Mantega, e depois de forma mais agressiva com o ministro Joaquim Levy. O desgaste acabou numa guerra aberta com o Congresso, representado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Aos poucos, tanto a tropa de choque de Eduardo Cunha, quanto os deputados da base do governo (os que não faziam parte do PT e do PC do B) e os da oposição fecharam questão em realizar o impeachment para colocar um governo que os blindasse da operação Lava-Jato e realizasse um ajuste fiscal que fosse realizado sem meias medidas, um governo que defendesse os interesses da burguesia, do grande capital, e salvasse o regime político do total esgotamento, evitando que fossem consumidos em escândalos de corrupção e por delações premiadas, com um amplo apoio da grande imprensa e da mídia em suas diversas tendências, da classe média reacionária (os coxinhas) e da quase totalidade dos partidos políticos burgueses (COGGIOLA, 2016, internet).

A derrubada da presidenta eleita, porém, não rendeu os efeitos prometidos e a economia prosseguiu em situação complicada, o que rendeu um aumento do número de desempregados, que saiu, segundo dados do IBGE, de 6,8% em 2014, para 12,7% em 2017. A grande mídia, financiada pelos detentores do capital, buscou imputar a responsabilidade da crise à corrupção atribuída ao PT e aos erros de Dilma, fato contestado por outras fontes midiáticas:

Dois anos depois do golpe que afastou a ex-presidenta Dilma Rousseff, as perdas sociais são inquestionáveis e marcam profundamente a vida de milhões de brasileiros. Um dos aspectos mais contundentes desse processo de retirada de direitos dos trabalhadores influencia diretamente as estatísticas de desempregados no país. [...] Para Cristina Froes de Borja Reis, professora adjunta de Economia e de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC), o golpe tem profunda relação com a crise econômica que o Brasil vem amargando, porque se reveste de uma clara ideologia política, voltada para os interesses das grandes corporações financeiras

e industriais.[...] Já na avaliação de Fernanda Graziella Cardoso, também professora de Economia e de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC, o desemprego no Brasil aumentou nos últimos dois anos porque a agenda que motivou o golpe de 2016 é guiada pela defesa da austeridade e pela fé na eficiência do mercado, tal como expresso no documento “A ponte para o futuro” (VASQUES, 2018, internet).

As eleições de 2018 seguiram a mesma polarização de 2014, porém alguns fatores trouxeram vantagem para a extrema direita conservadora: a primeira delas foi a prisão do “maior líder carismático da história brasileira desde Getúlio Vargas”, de acordo com Souza (2016, p.47), Lula, que levou parte das classes mais pobres a acreditar no “discurso anticorrupção usado de modo seletivo contra o PT, procurando atingir, sobretudo, seus principais líderes: Lula e Dilma” (SOUZA, 2016, p.106) como também o impediu de ser candidato, sendo que, mesmo preso, dominava as pesquisas eleitorais. O segundo foi o discurso de ódio à esquerda e ao PT, capitaneado pelo candidato Jair Messias Bolsonaro e impulsionado pelo uso das redes sociais e do poder de disseminação das famigeradas Fake News.

A estratégia de conciliação de classes implantada pelos governos petistas, iniciando com Lula em 2002 e indo até o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, levou grande parte da classe trabalhadora a se voltar contra o governo que durante alguns anos havia propiciado “crescimento econômico com a criação de empregos, diminuição da desigualdade pessoal de renda [...], em um contexto de baixa inflação e com retomada relativa do papel do Estado como coordenador de planos de investimento”, como nos mostra De Brito (2019, p. 254-255).

Tal estratégia subverteu a classe trabalhadora à lógica capitalista, acostumando-a às benesses do consumismo ao mesmo tempo em que a levava a um arrefecimento da condição de luta e, até mesmo, a uma perda de sua consciência de classe.

Outro ponto que contribui para tal situação é o fato de essa estratégia ser baseada na figura do líder populista, que “declinaria da estratégia de ruptura com as estruturas econômicas – modelo próprio da classe trabalhadora organizada – e afirmaria um programa que não se confrontasse com o capital.” (SINGER apud FIGUEIREDO, 2019, p. 237). Isso teve como consequência a adesão de boa parte da classe trabalhadora, na crise do capital, a um discurso conservador, neoliberal, neofacista típico da extrema direita, como nos mostra Iasi (2019, p.435):

A crise material da classe é, também, a crise de sua consciência de classe agravada pelo transformismo de sua principal referência política. Dessa forma, amplos setores das massas trabalhadoras se veem presos à ideologia burguesa e a suas derivações, seja na vertente diretamente política (conservadorismo, neofascismo etc.), seja nas suas derivações religiosas (fundamentalismo, obscurantismo, conservadorismo de valores, culto à família etc.).

Diante da situação exposta nas condições de produção amplas e restritas descritas até aqui, abriu-se espaço para a prisão, acompanhada de enorme campanha de difamação, do “maior líder carismático da história brasileira desde Getúlio Vargas” (SOUZA, 2016, p.47), Luiz Inácio Lula da Silva, e, com isso, a propagação de discurso de ódio à esquerda, em que surge como catalisador e difusor o candidato Jair Messias Bolsonaro.

Neste momento, passa-se a olhar individualmente para cada SD que se propõe a analisar com o intuito de buscar revelar aquilo que não foi explicitado no momento da enunciação, pois, segundo Orlandi (1995, p.24), embora sejam utilizadas palavras que já tenham sentidos, “estes não estão nunca completamente já lá. Eles podem chegar de qualquer lugar e eles se movem e se desdobram em outros sentidos.” “Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (PÊCHEUX, 2009, p.

147). Assim, no escopo de iluminar os sentidos trazidos nas SDs em análise, buscaremos revelar os silenciamentos contidos em cada uma delas.

SD1: “Criaremos uma nova carteira de trabalho verde e amarela, voluntária, para novos trabalhadores. Assim, todo jovem que ingresse no mercado de trabalho poderá escolher entre um vínculo empregatício baseado na carteira de trabalho tradicional (azul) – mantendo o ordenamento jurídico atual –, ou uma carteira de trabalho verde e amarela (onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais)”.

Tal qual orienta Pêcheux, buscar-se-á, primeiramente desvelar qual a ideologia que orienta o discurso. Nesse sentido, duas passagens podem contribuir com essa tarefa: “[...] carteira de trabalho verde e amarela, [...]” e “[...] onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, [...]”.

Na primeira, o fato de enfatizar que a carteira de trabalho terá as cores verde e amarela, cores marcantes da bandeira brasileira, transparece o caráter nacionalista do discurso, típico, segundo Vêras Neto (2007, p.299), da ideologia neoliberal, a qual faz ressurgir “em vários pontos do planeta o regresso de ideologias essencialmente ancoradas nos desígnios tribalistas oriundos da fragmentação e dos nacionalismos xenofóbicos, [...]”.

A segunda passagem destacada, ao sobrepor o contrato individual sobre a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), também denota dois aspectos intrínsecos à ideologia neoliberal, ainda segundo Vêras Neto (2007, p.299), que são os “ataques aos direitos sociais”, evidenciados pelo desmerecimento da CLT, e “reforma sindical”, escondida por trás da ideia de “contrato individual” em detrimento dos acordos coletivos mediados pelos sindicatos de classe.

Dessarte, infere-se que a ideologia que conduz o posicionamento do sujeito é a neoliberal. Isso nos levará a buscar os silenciamentos contidos

no discurso buscando os sentidos de uma formação discursiva Neoliberal.

Nessa orientação, buscar-se-á expor o que fora silenciado na SD₁, ao proferir as possibilidades de escolha, por parte do trabalhador, entre a carteira tradicional, azul, e a verde amarela, bem como entre os vínculos empregatícios com todos os atuais direitos trabalhistas e outro, no qual abdicará de parte desses direitos; o que acontecerá aos trabalhadores atuais, uma vez que essa nova possibilidade está sendo ofertada apenas aos novos trabalhadores; e quais seriam os direitos suscetíveis à abdicação, já que o enunciante deixa clara a intenção de manter “todos os direitos constitucionais”.

Ao optar pelo adjetivo “voluntária” e pelo verbo “escolher”, o sujeito tenta transmitir a ideia de que o trabalhador é livre para seguir o caminho que for mais conveniente a si, silenciando a realidade capitalista na qual o trabalhador se encontra numa situação completamente desfavorável em relação ao patronato pela necessidade na manutenção do emprego que traz o seu sustento, principalmente num contexto de altos índices de desemprego, que produz o que, segundo Vêras Neto (2007, p.30), Karl Marx chamava de “exército industrial de reserva”, que seria um “mecanismo sociodemográfico que assume uma importância fundamental com a composição de permanente de excedentes demográfico induzindo a pauperização dos trabalhadores” a qual tem, entre outras, a função de manter os trabalhadores com menores salários e, assim, “impondo uma organização e um poder de barganha limitado dos trabalhadores.”

A negociação é apontada como uma panaceia, ignorando a falta de igualdade entre patrões e empregados, que ocorre em negociações conduzidas em processos de crise, que contam com a nítida imposição de condições hostis em uma conjuntura defensiva para o trabalho no que se refere à defesa dos direitos dos próprios trabalhadores. (VÉRAS NETO, 2007, p.425).

Nesse contexto, ao propiciar as “benesses” da nova carteira de trabalho apenas para os novos trabalhadores, para os jovens que estejam ingressando no mercado de trabalho, o enunciante silencia a situação a que ficarão expostos os trabalhadores que estão empregados, com registros na carteira de trabalho tradicional, azul, e, portanto, com contratos de trabalho regidos pela CLT, assim como, e principalmente, os desempregados que já possuem outros vínculos celetistas firmados na antiga carteira de trabalho. Para a primeira categoria citada, restará o medo do desemprego e a sujeição às mais diversas condições precarizantes, tais como carga horária excedente sem a contrapartida remuneratória, defasagem dos salários, aceitação de ambientes insalubres, impossibilidade de licenças para tratamentos de saúde, entre outras. Já os destituídos, passarão a ter que concorrer por vagas com os “beneficiados” pela nova forma de contratação, os quais, obviamente, serão preferidos por boa parte dos empregadores, dada a “flexibilização” trazida pelo novo método.

As supostas fórmulas criadas para geração de empregos, trabalho intermitente e terceirização de atividade-fim gerarão, isto sim, um deslocamento dos empregados fixos e diretos para as relações intermediadas e temporárias, aumentando a precariedade no mercado de trabalho como um todo, além de fragmentar e fragilizar ainda mais a classe trabalhadora, como forma, inclusive, de aniquilar por completo qualquer possibilidade de exercício de pressão sobre os empregadores no momento da negociação coletiva (SOUTO MAIOR, 2017, internet).

Outro silenciamento importante encontrado na SD₁ refere-se aos direitos que podem ser suprimidos no âmbito do contrato individual propiciado pela carteira de trabalho verde e amarela, uma vez que esta manteria todos os direitos constitucionais. Destarte, na busca por ampliar os lucros, o capital não costuma se contentar com limites, antes, sim, busca ultrapassá-los ou eliminá-los e, ao transferir essa negociação do campo

coletivo para a esfera individual, tal tarefa seria facilitada, não sendo possível, assim, garantir quais seriam os direitos suprimidos nem, tampouco, a manutenção daqueles previstos na constituição.

Isso, no entanto, afronta, diretamente, o projeto de Estado Social, no qual a vontade dos sujeitos não deve prevalecer sobre o pacto de solidariedade que se estabelece por meio de um patamar civilizatório mínimo. [...]

O problema é que se tenta afastar por completo a participação do Estado do controle do respeito aos preceitos constitucionais por meio de fórmulas processuais, que incluem até mesmo a interferência na independência do juiz, dizendo-lhe como deve julgar, se isto eventualmente vier a ocorrer.

Além disso, por mais que o projeto tente assegurar esse efeito, de que nenhum direito será perdido, o concreto é que ao falar que direitos constitucionais não podem ser simplesmente reduzidos, acaba, pela própria expressão utilizada, dando margem à compreensão, em interpretação a contrario sensu, de que mesmos esses direitos podem ser compensados com outras vantagens, mas não estipula o modo dessa “equivalência” e ainda diz que a ausência das contrapartidas não implica em anulação do negociado (SOUTO MAIOR, 2017, internet).

Esperando ter lançado luz sobre os silenciamentos contidos na SD₁, passa-se a iluminar, também, aquilo que fora silenciado na SD₂, a qual se repete em seguida como forma de facilitar tal trabalho. “Aos poucos, a população vai entendendo que é melhor menos direitos e [mais] emprego do que todos os direitos e desemprego.”

A afirmação feita por Jair Bolsonaro é embasada nos ideais neoliberais, defendidos, também, por Paulo Guedes, que, viria a ser seu “superministro” da economia, e se apoia no argumento de que os altos custos com os encargos sociais seriam a motivação para o desemprego. Em outras palavras, a afirmação transfere a culpa do desemprego da crise do capital para os próprios empregados, como alerta Vêras Neto (2007, p.401), “[...] assim, esse discurso pró-flexibilização

transforma o efeito em causa, desonerando a responsabilidade do capital e colocando os custos dos processos das mudanças e da crise sobre os próprios trabalhadores [...]”. Porém, Souto Maior (2017, internet), ajuda a revelar o silenciado quando explicita o real objetivo de tais movimentos e suas consequências:

ora, a redução de custos por meio da retração de direitos é um abalo no próprio sentido de cidadania, transformando direitos em números e visualizando pessoas como mercadorias. Além disso, economicamente falando, isso só favorece ao processo de acumulação da riqueza produzida pelo trabalho, o que, interessando a poucas empresas, diminui o consumo e, por consequência, prejudica também os próprios empregadores, sobretudo as micro e pequenas empresas.

O que na realidade podemos evidenciar é a estratégia do capital de usar garantias políticas através do Estado para ampliar e legitimar a exploração do trabalhador através da extração cada vez da maior da mais valia, como nos mostra Mészáros (2011, p.576):

A dominação do capital sobre o trabalho é de caráter fundamentalmente econômico, não político. Tudo o que a política pode é fornecer as ‘garantias políticas’ para a continuação da dominação já materialmente estabelecida e enraizada estruturalmente. Consequentemente, a dominação do capital não pode ser quebrada no nível da política, mas apenas as garantias de sua organização formal.

Agora, passamos a analisar os silenciamentos contidos na terceira sequência discursiva: “O Brasil é o país dos direitos em excesso, mas faltam empregos. Olha os Estados Unidos, eles quase não têm direitos. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista.”

Ao enunciar que “o Brasil é o país dos direitos em excesso, mas faltam empregos”, o, já então, governo busca mais uma vez relacionar o desemprego à existência dos direitos trabalhistas, jogando, novamente, a culpa pela crise nas costas do trabalhador, como evidenciado na SD₂, e aclarado por Vêras Neto (2007, p.401) “[...] assim, esse

discurso pró-flexibilização transforma o efeito em causa, desonerando a responsabilidade do capital e colocando os custos dos processos das mudanças e da crise sobre os próprios trabalhadores [...]”. Ao mesmo tempo o enunciante visa justificar o ataque aos direitos da classe trabalhadora pelo combate ao desemprego, o que já podemos depreender, ao analisar a SD₂, como sendo uma falácia através das palavras de Souto Maior (2017, internet):

ora, a redução de custos por meio da retração de direitos é um abalo no próprio sentido de cidadania, transformando direitos em números e visualizando pessoas como mercadorias. Além disso, economicamente falando, isso só favorece ao processo de acumulação da riqueza produzida pelo trabalho, o que, interessando a poucas empresas, diminui o consumo e, por consequência, prejudica também os próprios empregadores, sobretudo as micro e pequenas empresas.

Ao tomar os Estados Unidos como paradigma de relação trabalhista, Bolsonaro usa um argumento largamente empregado por quem defende e compactua com seu ponto de vista, que é o de que países, como os Estados Unidos, possuem uma economia forte por não ter rigidez na legislação trabalhista. Assim, transmitem a ideia de estarem buscando uma equiparação a esta superpotência capitalista e, conseqüentemente, uma modernização de nosso modelo econômico.

Essa visão constituiu-se em um mito, uma vez que, segundo Casagrande (2017), “Quem defende ou repete estas ideias demonstra grande ignorância sobre o direito e o sistema de justiça nos EUA” porque eles:

possuem sim uma legislação trabalhista flexível, mas ela é abrangente e complexa, os tribunais americanos detêm ampla competência para julgar conflitos laborais, exercendo-a com rigor, e as empresas americanas gastam bilhões de dólares anualmente com indenizações (e custos judiciais) decorrentes de processos trabalhistas. (CASAGRANDE, 2017, internet).

Em vista do que fora explicitado, inferimos que os enunciados são elaborados por um sujeito identificado por uma ideologia neoliberal, sob condições amplas e restritas que permitiram o ressurgimento de um discurso de extrema direita voltado a defender o lucro dos grandes grupos capitalistas e do mercado financeiro especulativo, postos em risco pela grave crise do capital, em detrimento das conquistas trabalhistas e sociais, obtidas após vários anos de luta, dos trabalhadores.

CONCLUSÃO

Ao realizar a análise das três materialidades propostas neste trabalho sob a perspectiva da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, materialista histórica, a qual tem como precursor Michel Pêcheux, verificou-se tratar-se discursos de ideologia neoliberal, enunciados sob condições de produção amplas que demonstravam uma grave crise do capital, iniciada no centro do sistema capitalista, EUA, e que se espalhou por várias partes do globo; o movimento neoliberal se apresentando como solução para a crise que surge a partir dos defeitos estruturais do próprio sistema capitalista; e, sob essa condição de crise, o levante da extrema direita com seu comportamento xenofóbico, neonazista, fascista e conservador. Restritamente, as condições de produção se apresentam pelo período eleitoral de 2018, marcado pela polarização política, iniciada ainda na eleição anterior, ocorrido após um processo de impeachment muito contestado, o qual destituiu a presidenta eleita Dilma Rousseff, incidência de altos índices de desemprego, bem como pelo fracasso da estratégia de conciliação de classes aplicadas pelos governos petistas e que levaram grande parte dos trabalhadores ao aprisionamento de sua consciência de classe e a inviabilidade de prosperar como classe autônoma e combativa.

Dessarte, pode-se responder aos questionamentos propostos na introdução do presente trabalho, primeiramente ao se demonstrar que a ideologia que move os discursos em análise é a neoliberal; depois, ao evidenciar que a crise do capital aliada a um fracasso da política de conciliação de classes – a qual provocou um conformismo da classe trabalhadora com a ideologia burguesa baseado no acesso ao consumo, mas que não atacou a desigualdade estrutural, e levou ao aprisionamento da consciência de classe –, juntamente com uma polarização política e um processo de impeachment permitiram a legitimação dos discursos analisados; em seguida, que parte da classe trabalhadora subvertida à lógica capitalista, acostumada às benesses do consumismo, não aceitou perder seu poder de compra e sua perspectiva de mobilidade social e aderiu ao discurso de ódio contra o partido que outrora havia apoiado e, principalmente, contra o líder populista que representava, ao mesmo tempo, essas conquistas e a causa de suas perdas, levando a destinar seu voto a um candidato que prometia tirar seus direitos em troca de emprego e renda; por último, podemos demonstrar que os discursos escondem o uso do Estado como legitimador e garantidor do poder econômico do capital sobre o trabalhador, ampliando a exploração das elites sobre o trabalhador e garantindo os lucros dos grandes capitalistas em detrimento dos pequenos capitalistas e, principalmente, em detrimento do trabalhador, através da extração cada vez maior da mais valia.

Em suma, pode-se concluir que o discurso do candidato Bolsonaro evidenciou estar defendendo os interesses do grande capital financeiro, em detrimento da classe trabalhadora, demonstrando estar falando para os trabalhadores, em tom de recado e transmissão de medo, bem como para o capital financeiro internacional, empresários e classe média, como forma de angariar apoio e financiamento.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. *Desemprego recua em Dezembro, mas taxa média do ano é a maior desde 2012*. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19759-desemprego-recua-em-dezembro-mas-taxa-media-do-ano-e-a-maior-desde-2012>> Acesso em: 14 de novembro de 2018.

ALESSI, Gil. *Bolsonaro: “Brasil tem direitos em excesso. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista”*. El País Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/politica/1540230714_377475.html> Acesso em: 23 de julho de 2019.

CASAGRANDE, Cássio. *A Reforma Trabalhista e o “Sonho” Americano: uma grande ignorância sobre o direito e o sistema de justiça nos Estados Unidos*. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-reforma-trabalhista-e-o-sonho-americano-10062017>> Acesso em: 14 de novembro de 2018.

COGGIOLA, Osvaldo. *Impeachment, Crise e Golpe: o Brasil no palco da tormenta mundial*. *Blog da Boitempo*, 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/31/impeachment-crise-e-golpe-o-brasil-no-palco-da-tormenta-mundial/>> Acesso em: 14 de novembro de 2018.

DE BRITO, Cássius M. T. M. Bernardes. *Os Governos Lula como Realização da Estratégia Democrático-Popular*. In: IASI, Mauro et al. *A Estratégia Democrático-Popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019. Parte II, p. 247-272.

ESTADÃO CONTEÚDO. *Para Bolsonaro, é melhor menos direitos trabalhistas que perder o emprego*. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/para-bolsonaro-e-melhor-menos-direitos-trabalhistas-que-perder-o-emprego/>>.

FARHI, Maryse et al. *A Crise e os Desafios para a Nova Arquitetura Financeira Internacional*. In: *Revista de Economia Política*, vol. 29, nº 1, janeiro-março/2009. Disponível em: <<http://www.scielo>

br/pdf/rep/v29n1/08.pdf> Acesso em: 14 de novembro de 2018.

FIGUEIREDO, Isabel Mansur. Lulismo e Populismo: realização da estratégia democrático-popular e “incompletude do capitalismo”. In: IASI, Mauro et al. *A Estratégia Democrático-Popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019. Parte II, p. 229-246.

FIREMAN, Ana L. Azevedo. *A Ideologia por Trás do Martelo: uma análise discursiva de decisões judiciais*. Tese (doutorado em Linguística: Análise do discurso) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2017.

FLORENCIO, Ana Maria Gama et al. *Análise do Discurso: fundamentos & práticas*. 1. ed. Maceió: Edufal, 2016.

HERMANN, Jennifer. Da Liberalização à Crise Financeira Norte-Americana: a morte anunciada chega ao Paraíso. In: *Revista de Economia Política*, vol. 29, nº 1, janeiro-março/2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>> Acesso em: 14 de novembro de 2018.

IASI, Mauro Luis. O Inventário da Estratégia Democrático-Popular e a Busca de um Caminho para a Revolução Brasileira. In: IASI, Mauro et al. *A Estratégia Democrático-Popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019. Parte II, Epílogo, p. 431-439.

LESSA, Sérgio. *Cadê os Operários?* São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

O Caminho da Prosperidade: proposta de plano de governo. Disponível em: <http://politicaedireito.org/br/wp-content/uploads/2018/08/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf>.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

_____. *Análise de Discurso*. Textos escolhidos por Eni Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *A quem interessa essa reforma trabalhista?* Disponível em: <<https://www.jorgesoutomaior.com/blog/a-quem-interessa-essa-reforma-trabalhista>> Acesso em: 14 de novembro de 2018.

SOUZA, Jessé. *A Radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

VASQUES, Lucas. Como o golpe aumentou o desemprego e aprofundou a crise econômica. *Revista Fórum*, 2018. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/como-o-golpe-aumentou-o-desemprego-e-aprofundou-a-crise-economica/>> Acesso em: 14 de novembro de 2018.

VERAS NETO, Francisco Quintanilha. *Análise Crítica da Globalização Neoliberal*. Curitiba: Juruá, 2007.

VOLOCHINOV, Valentin. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

Submissão: 24 de setembro de 2019.

Aceite: 14 de novembro de 2019.